

JERONIMO R. MATTOS

TERESA M. MALATIAN ROY

Brasil,
Província d'El-Rei

Arlindo VEIGA DOS SANTOS

Ho. Jerônimo
com um glória!

12.11.00

Veiga

Jornada

S. Paulo - 1960

OBRAS DE A. VEIGA DOS SANTOS

- Sob o signo da fidelidade. 1959.
Apêlo à mocidade. 1958.
Compreensão de Farias Brito. 1956.
Maurras — defensor da realidade. 1956.
Filosofia política de Sto. Tomás de Aquino. 1956.
História de hum amor fingido. 1956.
Organização monárquica do Estado, de Jacques Valdour (trad. e anotações). 1956.
De Nóbrega e outros patrícios. 1955.
O problema operário e a justiça social. 1953.
Sentimentos da Fé e do Império. 1952.
As doutrinas políticas de Farias Brito, por Francisco Elias de Tejada (trad.). 1952.
Orgânica Patrianovista (em colaboração). 1951.
Santa Maria Magdalena, de Lacordaire (trad.). 1948.
As raízes históricas do Patrianovismo. 1946.
Do governo dos príncipes e dos judeus, de Santo Tomás de Aquino. Tradução do latim e anotações. 2.^a edição. 1946.
O esperador de bondes. 1944.
A lírica de Luís Gama. 1944.
Brasileiros, às armas! 1943.
Écos do Redentor. 1942.
Incenso da minha miséria. 1941.
Evocando o passado (em colaboração). 1940.
Do governo dos príncipes e dos judeus. 1.^a edição. 1937.
Para a ordem nova. 1933.
Da floresta a Paris, de Mariá de Foz. Trad., 1933.
O Século (redacção principal). 1931-32.
Satanás. 1932.
Contra a corrente. 1931.
Pátria-Nova (d direcção). 1929-33.
O Bibliófilo (d direcção). 1927.
O bálsamo das dores, de Ângela Grassi. Trad., 1926.
O carnaval. 1925.
Amar... e amar depois. 1923.
Os filhos da cabana. 1921-23.
Etc.
Brevemente.
Idéias que marcham no silêncio.

TERESA M. MALATIAN ROY

1. Ao princípio a terra era de todos, e os homens iam a pé ocupar os territórios que lhes convinham, sem **fixar-se**. Não usavam veículos. Eram nómadas e pastores. Não colonizavam propriamente.

Depois começaram a usar **animais** (cavalos, camelos, lhamas, etc.) e **barcos** (de remo, vela) e ocuparam bacias de rios, **fixando-se** pela agricultura — colonizavam, isto é estabeleciam povoações da sua raça, costumes e idênticas instituições.

Finalmente, há navegação e tráfico marítimo, em várias épocas: as Mediterrâneas: no Mediterrâneo oriental, região de ilhas esparsas onde se movimentam à vista (pode-se dizer) de terra as galeras e outros navios primários. Aí temos as colonizações (no sentido clássico e não de "exploração") do Egipto, Creta, Fenícia, Grécia, Itália; no Mediterrâneo ocidental, com a Península Ibérica e França, a inexistência de ilhas prejudica a expansão.

2. As épocas atlânticas constam da Central (adiante descrita) e da Septentrional com os normandos e seus viquingos palmilhando as ilhas que traçam a via à Islândia, Gronelândia (por êles povoadas efêmeramente no século 10) e Vinlândia, Helulândia e Marclândia, actual América do Norte.

É, porém, a mais importante época no passado a do Atlântico Central (e Sul por consequência), obra primacial dos PORTUGUESES que, para a poderem iniciar, se forram de muitíssima ciência náutica e **criam** a Caravela ou lhe aperfeçoam as características, tornando-a a **primeira** nave capaz de realizar grande navegação e galgar o alto mar. Constitui ela o mais apto instrumento de pesquisas náuticas, maravilha em mãos do príncipe dos caravelistas, Bartolomeu Dias. A Caravela das perquirições dos mares, seguir-se-ão a Nau das conquistas e outros tipos de barcos. A empresa lusitana agrega-se para logo a espanhola. Serão des- tronadas pelo advento da Fragata dos anglo-germânicos com a

era do ferro e do carvão, por longos anos quase monopólio desses últimos, inaugurando-se a idade Oceânica universal (vapor, motor de explosão, energia eléctrica e atómica) coincidente com a época Aeronáutica e pressagiando a Interplanetária, se tudo não acabar com a explosão atómica.

3. São pagãs as colonizações anteriores, quando não simples migrações. Por vèzes ânti-humanas e desumanas. É povoadora a Grécia. Não têm as suas "colónias" o sentido explorador que se inventou desde a revolução dita francesa. Roma produz novas Romas e novos romanos. Portugal inicia a vasta colonização **crístã**. **Formar cristandade** afirma-se objectivo ideal e concreta realização. É uma nova Roma o reino peninsular na extensão da emprêsa, mas superior a Roma no espírito. Significa real e intencionalmente Cruzada a expansão portuguesa, o que não exclui deficiências parciais no desenvolvimento da imensa epopéia, nem despreza os lucros materiais.

Prepara-se a sua gesta desde a luta da **Reconquista** contra os árabes que, sempre incapazes de expandir-se marítimamente pelas condições da sua península sem o "rosário de ilhas", transbordam finalmente pelo norte africano invadindo a Hispânia.

Trazia Portugal pre-independente e independente heranças remotas enxertadas no plasma original lusitano: fenícias, hispano-visigóticas e talvez cretenses, sem excluir as cartaginesas e romanas.

4. Abre-lhe o caminho a tradição legendária (mística inicial) da aparição de Cristo em Ourique a Afonso I prometendo-lhe na descendência um Grande Império, bem como a decisão da batalha contra os maometanos.

Já possui o Estado Português **INSTITUIÇÕES PREPARATÓRIAS**: — 1) Igreja (**Fé**), 2) Realeza Hereditária (soberania **PESSOAL** — **Império**), Cúria Régia (Côrtes), Concelho (Município — **Forais**). — 3) **Ordens** ou **Estados** do Reino: Clero, Nobreza e Povo (Corporações, Juiz do Povo, Casa dos 24). — 4) Religiões ou ordens religiosas (inclusive os Combatentes, com os três votos — castidade, obediência e pobreza). — 5) Universidade. — 6) Sesmarias. — 7) Misericórdia.

Tudo pronto para a expansão: Portugal é a Nova Roma.

5. Os **REIS** (com soberania **PESSOAL**, cumpre frisá-lo) movimentam todos os meios.

Dom Dinis faz plantar os pinhais de Leiria, secar paúis, conservar a nobreza aos lavradores, estimula feiras francas, nomeia Almirante-Mor do Reino o genovês Manuel Peçanha, por morte do anterior Nuno Fernandes Cogominho, nomeação essa saudada

pelo Papa Bento XII com a bula "Gaudemus et exultamus in Domino" (30.4.1341).

Dom Fernando produzira a Lei das Sesmarias (28.5.1375), que haveria de ter notabilíssima importância para o Brasil; protege a Marinha Mercante e os Marujos, com a fundação da Companhia das Naus.

* * *

6. **Com Dom João II**, madruça o **BRASIL, PROVINCIA D'EL-REI**, pois o arguto soberano exige o Tratado de Tordesilhas, demarcação inicial da nossa Terra, testemunho de que já era desde muitos anos conhecida, como viria a atestar a carta de Mestre Joanes escrita de Pôrto-Seguro a Dom Manuel em 1500.

Ao arrepio de um nacionalismo cismático, ânti-lusiada, vemos aí a soberania **pessoal** dos Reis portugueses tomando a si, sob o signo da Fé e o Império, em espírito de cruzada, a realização, a formação histórica do Brasil.

Manda **Dom Manuel I** as naves cabralinas que, **em nome do Rei**, tomam posse da Terra.

Assim, o mesmo que com relação aos países da América Espanhola os Reis de Castela, o Brasil não era colónia de Portugal, senão **Província da Coroa Portuguesa**. E muito bem o diz Ricardo Levene, historiador argentino: — "Pues que las Indias (a América) no eran colonias o factorías, sino provincias, los Reyes se obligaron a mantenerlas unidas para su mayor perpetuidad y firmeza..." E o mesmo afirma Júlio Ycaza Tigerino: "La guerra de Independencia no tiene — al menos en sus principios — el carácter de una revolución contra la monarquía ni contra España. Es simplemente una lucha entre dos bandos que disputan sobre un problema de legalidad. Ninguno desconoce la autoridad del Rey. Las Juntas americanas se niegan a obedecer a la Junta Central española y a las Cortes de Cádiz porque no representan al Rey y los americanos no son súbditos de España, sino de la Corona de Castilla. Las posesiones de la América española no eran colonias sino reinos o provincias de la corona de Castilla" (**Génesis de la independencia hispanoamericana**). (*)

7. E vêm as expedições exploradoras e dominadoras do litoral, necessário à cobertura do domínio do interior. (Vem a propósito aqui frisar a semelhança à Reconquista hispânica de parte da expansão marítima e as futuras bandeiras — grupo tradicional de combate na metrópole, — com os respectivos baluartes de fixação: as beatrias, as feitorias e os pousos).

Vai tudo dependendo da SOBERANIA PESSOAL do Monarca através dos Secretários Reais e Secretários do Estado ou desses órgãos técnicos, consultivos, executivos e fiscais cujo aprimoramento culmina no CONSELHO ULTRAMARINO, composto de insignes varões cujo "saber de experiência feito" colabora com o Rei.

Com Dom João III vêm as Capitánias (de antiga experiência lusitana, pois nada se improvisa), vem o CONCELHO ou Município, vem o povoamento (colonização no sentido romano, clássico e não moderno) seriamente planejado, vêm os Jesuítas sem cuja história não se faz a do Brasil (Capistrano). Trazem catequese e ensino EM TODOS OS GRAUS e unidade espiritual ao novo povo cristão e português. Iguamente procedem as outras ordens religiosas ao depois chegadas.

Cria-se o Brasil uno. Nada significam alguns breves hiatos, só excedidos com o Estado do Maranhão dos Filipes. Mas sua Unidade compendia-se na FÉ CATÓLICA e no REI, na COROA, o que possibilita a Unidade sem Uniformidade. A América Portuguesa, transplante e adaptação das Instituições lusas, é variegadíssima na sua unidade. Não há ciúmes nem medo da realidade como hoje. Varia o modo de governar segundo as regiões. Estreitam-se ou alargam-se os próprios foros municipais com as circunstâncias diversas. Somente a COROA é autoridade total e se dirige respeitosa e às livres Câmaras Municipais perante as quais tomam posse as autoridades nomeadas pelo Rei, homens nascidos aqui mesmo ou noutras partes do Império Português.

Há batalhões de negros, há-os de índios. Todos têm acesso ao comando das armas. Há muita liberdade dos grupos reais. A unidade está na FÉ RELIGIOSA e na PESSOA DO REI. Todos têm uma só Fé, todos obedecem a um só Rei. Os Municípios chegam a depor Governos prevaricadores e têm seus procuradores directos para a Coroa.

As próprias Bandeiras, motivo de tanta demagogia barata, são fenómeno municipalista e régio, ao mesmo tempo que, por outro lado, constituem a continuidade da empresa marítima, como noutras partes do Império Luso. As liberdades municipais favoreciam a expansão às vezes imprudente. E, sobretudo, não eram tão saqueados pelo fisco, como o são hoje, os nossos velhos "concelhos".

8. Abreviando, o processo histórico nacional segue sempre o mesmo ritmo que no começo se expôs. Principado sob Dom João IV, vai continuamente em desenvolvimento e grandeza. E, quando em 1822, depois de já elevado a Reino-Unido, as Côrtes

liberais-democráticas, pretendendo destruir a obra dos nossos antigos Reis e do nosso Rei Dom João VI, nos querem fazer ser a "colônia" que nunca tínhamos sido, o Brasil, fiel às advertências de Sua Majestade Fidelíssima, reconhece o Império que já éramos, graças aos nossos Reis, todos os Reis que haviam precedido o sexto João, e a êle também. Pois o Estado do Brasil, o Principado do Brasil, o Vice-Reino do Brasil, o Reino-Unido do Brasil, PROVINCIA D'EL-REI DE PORTUGAL, não pertencente a portugueses da Europa mas unicamente à COROA PORTUGUESA, não podia deixar-se humilhar pelos deputados das Côrtes rebeldes àquela Coroa e que não tinham autoridade para nos dar ordens.

No tratado de 1825, recebeu merecidamente DOM JOÃO VI o título honorífico de Imperador do Brasil, última homenagem do Brasil separado do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves àquela insigne Soberano que confirmou, talvez melhor do que nenhum outro, ser o BRASIL PROVINCIA D'EL-REI.

Resumo de conferência feita no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo a 6-12-1954. — Separata do "Boletim de História" da Revista da Universidade Católica de São Paulo, junho-setembro de 1960.

—//—

(*) Já em 1922, no seu livro "La fin de l'Empire espagnol d'Amérique" (Paris, Nouvelle Librairie Nationale), dizia Marius André em nota na pág. 31: — "Dizemos reino e não colônia, porque a América espanhola não era colônia. No período de três séculos imprópriamente chamado colonial, dizia-se e escrevia-se em todos os documentos oficiais: reino (no singular e no plural), dominios, províncias, repúblicas que eram muitas vezes sinónimos".

Entenda quem quiser entender.